

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis regulatórias em 31
de dezembro de 2023 e Relatório dos
auditores independentes**

Conteúdo

Relatório de Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	14

Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2023, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da **Catxerê Transmissora de Energia S.A. (“CTE” ou “Companhia”)** para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Carta do Presidente

Cenário

A **Catxerê Transmissora de Energia S.A. (“CTE” ou “Companhia”)** atua no segmento de transmissão de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 11 anos de existência. Em 2023, a Concessionária manteve as atividades de operação e manutenção de três subestações e 609,34 km de linhas em 500 kV, autorizada conforme Contrato de Concessão nº 011/2009

Transmissão

Contando com três subestações e 609,34 km de linhas de transmissão, nas tensões de 500 kV, a área de transmissão da Outorgada transporta tanto a energia recebida do Sistema Interligado (vide detalhamento no quadro abaixo).

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas

Linhas de Transmissão	de	Circuito	Tensão (Kv)	Extensão (Km)	Início Operação comercial	Vencimento da Outorga
LT 500 kV CUIABA/RIBEIRAOZINHO C-2		C2	500	367,02	05/03/2012	26/02/2039
LT 500 kV RIBEIRAOZINHO/R.VERDE NORTE C-2		C2	500	242,32	05/03/2012	26/02/2039

Linhas de Transmissão em Operação - Características financeiras – Projetos de Linhas

Linhas de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ Mil)	RAP Proporc. (R\$ Mil)	Ano de degrau da RAP	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
LT CTE	CTE	78.742	78.742	2025	Junho	IPCA

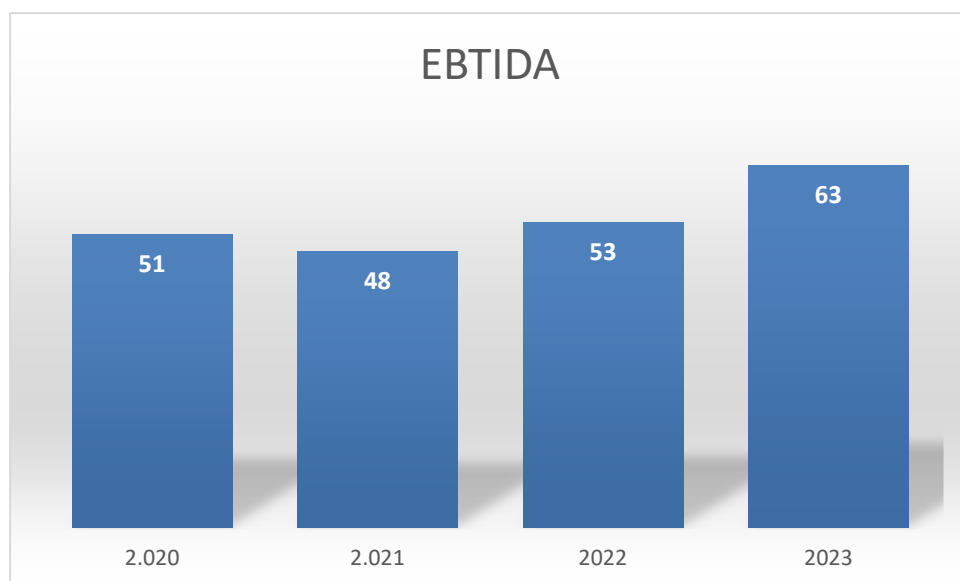
Em vista das linhas em operação a RAP esperada - sem considerar novos projetos é de R\$ 82.148 mil para 2024 (evolução de 5% em relação a 2023) e de R\$ 85.200 mil para 2025 (evolução de 4% em relação a 2024), conforme quadro a seguir:

2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
73.168	78.742	82.148	85.200	88.182	91.269	94.463

Desempenho econômico-financeiro

Em 2023, o lucro líquido foi de R\$ 43 milhões, contra R\$ 31 milhões em 2022, um crescimento de 39%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 76 milhões, enquanto em 2022 situou-se em R\$ 68 milhões. Esse aumento de 12 % resulta da evolução Receita de encargos de transmissão 9% em relação ao ano anterior.

A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 11% contra 7% em 2022. O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 63 milhões, superior em 19% a 2022, que foi de R\$ 53 milhões, conforme evolução abaixo:



Serviços de Auditoria Externa

Em 2023 a empresa teve como auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente.

Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes da Companhia Exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

Remuneração Relacionada aos Serviços de auditoria Externa	
Auditor Independente (Em milhares de reais)	2023
KPMG Auditores Independentes	58
Total	58

A companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da
Catxerê Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Catxerê Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Catxerê Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Catxerê Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Catxerê Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Catxerê Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 01 de março de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	9.740	22.975
Concessionárias e permissionárias	9	8.870	7.262
Contas a receber - partes relacionadas	26	601	380
Adiantamento a fornecedores	10	162	145
Almoxarifado	11	4.242	4.716
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		666	666
Impostos a recuperar		10	17
Outros ativos circulantes		708	2.771
		<u>24.999</u>	<u>38.932</u>
Ativo não circulante			
Outros ativos não circulantes	12	<u>5.407</u>	<u>4.895</u>
Imobilizado não vinculado à concessão	13	181	242
Imobilizado	13	379.328	395.952
Intangível	14	172	168
		<u>385.088</u>	<u>401.257</u>
Total do ativo		<u><u>410.087</u></u>	<u><u>440.189</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		254	440
Fornecedores - partes relacionadas	26	2.170	2.137
Obrigações sociais e trabalhistas		963	898
Imposto de renda e contribuição social a pagar		934	645
Outros impostos a pagar		564	574
Taxas regulamentares	15	870	3.066
Dividendos propostos	18	590	486
		<u>6.345</u>	<u>8.246</u>
Passivo não circulante			
Outras provisões - compensação ambiental	16	1.023	4.341
Provisão para contingências	17	5.408	4.895
		<u>6.431</u>	<u>9.236</u>
Patrimônio líquido	18		
Capital social		409.948	409.948
Reserva de Lucros		142.971	152.950
Reserva Legal		22.215	19.113
Prejuízo acumulado		<u>(177.823)</u>	<u>(159.304)</u>
		<u>397.311</u>	<u>422.707</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>410.087</u>	<u>440.189</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	19	75.976	68.278
Custo da operação	20	<u>(26.872)</u>	<u>(28.349)</u>
Lucro bruto		49.104	39.929
Despesas gerais e administrativas	21	(4.188)	(6.416)
Outras (despesas)/receitas operacionais		<u>(574)</u>	<u>(639)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		44.342	32.874
Resultado financeiro	23	<u>3.227</u>	<u>1.291</u>
Receita financeira		3.730	2.294
Despesa financeira		(503)	(1.003)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>47.569</u>	<u>34.165</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	<u>(4.033)</u>	<u>(2.934)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>43.536</u></u>	<u><u>31.231</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	43.536	31.231
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de outros resultados abrangentes	<u>43.536</u>	<u>31.231</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>Reserva de lucros</u>				
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	409.948	16.556	147.602	(139.397)	434.709
Lucro líquido do exercício	-	-	-	31.231	31.231
Constituição de reserva legal (Nota explicativa 18)	-	2.557	-	(2.557)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 18)	-	-	48.094	(48.094)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 18)	-	-	-	(487)	(487)
Dividendos intermediários (Nota explicativa 18)	-	-	(42.746)	-	(42.746)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	409.948	19.113	152.950	(159.304)	422.707
Lucro líquido do exercício	-	-	-	43.536	43.536
Constituição de reserva legal (Nota explicativa 18)	-	3.102	-	(3.102)	-
Dividendos propostos (nota explicativa 18)	-	-	-	(590)	(590)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 18)	-	-	58.363	(58.363)	-
Dividendos intermediários (Nota explicativa 18)	-	-	(68.342)	-	(68.342)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	409.948	22.215	142.971	(177.823)	397.311

As notas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Catxerê Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		47.569	34.165
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Depreciação e amortização	13/ 14	16.947	16.745
Reversão de depreciação acumulada por obsolescência		-	(134)
Baixa do imobilizado e intangível	13/ 14	-	260
Provisão para perda de crédito esperada	9	8	360
Provisão para contingência	17	513	2.803
Atualização monetária - Compensação ambiental		450	49
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		(1.616)	(934)
Contas a receber - partes relacionadas		(221)	(113)
Almoxarifado		474	(100)
Imobilizado e intangível		24	-
Outros impostos a recuperar		7	(9)
Adiantamentos a fornecedores		(17)	2.030
Outros ativos		1.551	(3.321)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores – terceiros		(186)	4
Fornecedores – partes relacionadas		33	(790)
Compensação ambiental		(3.768)	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar		(829)	(642)
Outros impostos a pagar		3.196	2.799
Taxas regulamentares		(2.196)	534
Outros impostos pagos		(3.205)	(2.724)
Obrigações sociais e trabalhistas		64	118
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		58.798	51.100
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(2.914)	(2.131)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		55.884	48.969
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	13/ 14	(291)	(1.054)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		(291)	(1.054)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	18	(68.828)	(43.174)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento		(68.828)	(43.174)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(13.235)	4.741
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		22.975	18.234
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		9.740	22.975

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais)

1 Informações gerais

A Catxerê Transmissora de Energia S.A. (“Catxerê” e/ou “Companhia”) é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 8 de dezembro de 2008 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1509, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas na cidade de Rondonópolis – Mato Grosso e na cidade de Rio Verde - Goiás.

A Companhia iniciou suas operações em 01 de março de 2012, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

Em 26 de novembro de 2008 o Consórcio constituído pelos acionistas na época foi declarado vencedor de leilão público, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica.

No dia 26 de fevereiro de 2009 a Companhia assinou com a União o contrato de concessão nº 11/2009 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas nos Estados de Mato Grosso e Goiás:

- (i) Linha de Transmissão em 500kV, circuito simples com extensão aproximada de 364 km, com origem na subestação Cuiabá e término na subestação Ribeirãozinho, ambas localizadas no Estado de Mato Grosso, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 367 km devido à características do local em que a linha foi implantada.
- (ii) Linha de Transmissão em 500 kV, circuito simples com extensão aproximada de 242 km com origem na subestação Ribeirãozinho no estado de Mato Grosso e término na subestação Rio Verde Norte, no Estado de Goiás, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 242 km devido à características do local em que a linha foi implantada.

1.2 Receita anual permitida (RAP)

A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) e Taxa Referencial de Mercado (“TRM”), definida no contrato.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 35.448 (trinta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil reais) (valor histórico) e será corrigida no mês de julho de cada exercício, com base na variação do índice de preços do Consumidor Amplo (IPCA). A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data do contrato.

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 77.222 (setenta e sete milhões, duzentos e vinte e dois mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

Em 4 de julho de 2023 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 estabeleceu a RAP em R\$ 80.261 (oitenta milhões, duzentos e sessenta e um mil reais) para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3 Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 3 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas pela Administração em 29 de abril de 2024.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis regulatórias foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis regulatórias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente

para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3 Mudanças nas políticas contábeis materiais

3.1 Informação de políticas contábeis materiais

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações contábeis regulatórias. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras regulatórias. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 4 Principais práticas contábeis regulatórias (2022: Resumo das práticas contábeis regulatórias) e 5 Resumo das práticas contábeis em determinados casos, de acordo com as alterações.

4 Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias apresentadas nas páginas 18 a 24, exceto quanto ao se estabelece abaixo:

4.1 Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente.

As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resolução vigente emitida pela ANEEL.

Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 13 – Imobilizado e 14 – Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em

Curso”. Os itens apresentados no grupo “Em serviço” correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

4.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4.3 Obrigações especiais vinculadas à concessão

A obrigação especial trata-se de uma doação compulsória que a empresa tem que receber devido a compartilhamentos de subestações. Conforme definições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico o saldo de obrigações especiais deverá ser amortizado aplicando-se a taxa média da atividade

5 Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

5.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em Provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

5.3 Almojarifados

Os almojarifados são compostos essencialmente por materiais de almojarifado que são consumidos conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício e máquinas equipamentos para substituição do ativo imobilizado que são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

O custo dos almojarifados é baseado no método de alocação de custo médio. As provisões para almojarifados de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

5.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

5.5 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%.

Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

Dessa forma, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 8% e 32% para IRPJ e 12% e 32% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 (sessenta mil reais) no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

5.6 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais

5.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

5.8 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

5.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

5.10 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

- **Classificação e mensuração** – Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”)** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
 - **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 é utiliza o modelo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

5.11 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5.12 Transações com partes relacionadas

As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras regulatórias da companhia.

(a) Classificação dos Passivos como Circulante ou não Circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

(b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

(c) Outras normas Contábeis:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

Quantos aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

7 Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário e demonstração do resultado

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		24.999	61.089	86.088	38.932	58.956	97.888
Caixa e equivalentes de caixa		9.740	-	9.740	22.975	-	22.975
Concessionárias e permissionárias		8.870	-	8.870	7.262	-	7.262
Contas a receber – partes relacionadas		601	-	601	380	-	380
Adiantamentos a fornecedores		162	-	162	145	-	145
Almoxarifado		4.242	-	4.242	4.716	-	4.716
Imposto de renda e Contribuição social a recuperar		666	-	666	666	-	666
Impostos a recuperar		10	-	10	17	-	17
Ativo de concessão (contratual)	a	-	61.089	61.089	-	58.956	58.956
Outros ativos circulantes		708	-	708	2.771	-	2.771
Ativo não circulante		385.088	156.927	542.015	401.257	140.404	541.661
Ativo de concessão (contratual)	a	-	536.155	536.155	-	536.230	536.230
Outros ativos não circulantes		5.407	-	5.407	4.895	-	4.895
Imobilizado não vinculado à concessão		181	-	181	242	(242)	-
Imobilizado	b	379.328	(379.172)	156	395.952	(395.532)	420
Intangível	b	172	(56)	116	168	(52)	116
		410.087	218.016	628.103	440.189	199.360	639.549

Catxerê Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		6.345	-	6.345	8.246	-	8.246
Fornecedores terceiros		254	-	254	440	-	440
Fornecedores partes relacionadas		2.170	-	2.170	2.137	-	2.137
Obrigações sociais e trabalhistas		963	-	963	898	-	898
Imposto de renda e contribuição social a pagar		934	-	934	645	-	645
Outros impostos a pagar		564	-	564	574	-	574
Taxas regulamentares		870	-	870	3.066	-	3.066
Dividendos propostos		590	-	590	486	-	486
Passivo não circulante		6.431	40.193	46.624	9.236	40.056	49.292
Outras provisões - compensação ambiental		1.023	-	1.023	4.341	-	4.341
Provisão para contingências		5.408	-	5.408	4.895	-	4.895
Impostos diferidos	c	-	40.193	40.193	-	40.056	40.056
Patrimônio líquido		397.311	177.823	575.134	422.707	159.304	582.011
Capital social		409.948	-	409.948	409.948	-	409.948
Reserva de lucros		142.971	-	142.971	152.950	-	152.950
Reserva legal		22.215	-	22.215	19.113	-	19.113
Prejuízo acumulado	d/e	(177.823)	177.823	-	(159.304)	159.304	-
		410.087	218.016	628.103	440.189	199.360	639.549

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	75.976	1.983	77.959	68.278	4.306	72.584
Custo da operação	e	<u>(26.872)</u>	<u>16.598</u>	<u>(10.274)</u>	<u>(28.349)</u>	<u>15.738</u>	<u>(12.611)</u>
Lucro bruto		49.104	18.581	67.685	39.929	20.044	59.973
Despesas gerais e administrativas		(4.188)	-	(4.188)	(6.416)	-	(6.416)
Outras (despesas) / receitas operacionais		<u>(574)</u>	<u>-</u>	<u>(574)</u>	<u>(639)</u>	<u>-</u>	<u>(639)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		44.342	18.581	62.923	32.874	20.044	52.918
Resultado financeiro		<u>3.227</u>	<u>-</u>	<u>3.227</u>	<u>1.291</u>	<u>-</u>	<u>1.291</u>
Receita financeira		3.730	-	3.730	2.294	-	2.294
Despesa financeira		<u>(503)</u>	<u>-</u>	<u>(503)</u>	<u>(1.003)</u>	<u>-</u>	<u>(1.003)</u>
Lucro antes dos impostos		47.569	18.581	66.150	34.165	20.044	54.209
IRPJ e CSLL correntes		(4.033)	-	(4.033)	(2.934)	-	(2.934)
IRPJ e CSLL diferidos	c	<u>-</u>	<u>(63)</u>	<u>(63)</u>	<u>-</u>	<u>(138)</u>	<u>(138)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>43.536</u>	<u>18.518</u>	<u>62.054</u>	<u>31.231</u>	<u>19.906</u>	<u>51.137</u>

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio Líquido Societário	<u>575.134</u>	<u>582.011</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(597.244)	(595.186)
Imobilizado não vinculado	-	242
Imobilizado	379.172	395.532
Intangível	56	52
Impostos Diferidos Passivos	<u>40.193</u>	<u>40.056</u>
Patrimônio Líquido Regulatório	<u>397.311</u>	<u>422.707</u>

Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro Líquido Societário	<u>62.054</u>	<u>51.137</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato conforme CPC 47	(61.048)	(60.706)
Margem de construção	63.215	56.264
Outras receitas	(4.224)	(27)
PIS/COFINS Diferido	75	163
Depreciação regulatória	(16.863)	(16.664)
Custo de Operação e Manutenção	264	926
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	<u>63</u>	<u>138</u>
Lucro Líquido Regulatório	<u>43.536</u>	<u>31.231</u>

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a. Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

b. *Imobilizado e intangível*

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c. *Impostos diferidos*

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d. *Receita*

- (a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- (b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.
- (c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas demonstrações contábeis regulatórias apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 4.2.

e. *Custo de operação e manutenção e custo de construção*

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas demonstrações contábeis

regulatórias os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

No que tange à contabilidade regulatória tal prática não foi recepcionada pela ANEEL, que não reconhece o custo do investimento e da construção.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Banco	474	188
Aplicações financeiras (i)	9.266	22.787
	9.740	22.975

- (i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e obteve uma remuneração média de 102,82% do CDI em 2022 e de 103,22% do CDI em 2023. A variação no caixa refere-se a maiores pagamentos de impostos e das despesas operacionais, mas principalmente ao pagamento de dividendos em 2023 que foi 60% maior se comparado ao exercício de 2022.

9 Concessionárias e permissionárias

Todos os todos clientes da Companhia são classificados como industriais ou estão envolvidos na prestação de serviços diretamente relacionados à indústria.

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer (i)	7.235	6.843
Vencidas até 30 dias	61	11
Vencidas até 60 dias	236	3
Vencidas até 90 dias	561	7
Vencidas até 120 dias	195	-
Vencidas até 180 dias	126	-
Vencidas entre 181 e 360 dias (i)	55	409
Vencidas há mais de 360 dias (i)	886	466
	9.355	7.739
Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (ii)	(485)	(477)
	8.870	7.262

- (i) O aumento em 2023 é decorrente das provisões de AVCs complementares referentes a rescisões de contrato dos grupos Exus, Newen Energies e Grupo Cassilândia ainda não recebidos.
- (ii) A Companhia não possui títulos renegociados em sua composição do saldo de contas a receber.

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(477)	(117)

Reversão	2	40
Adição (i)	<u>(10)</u>	<u>(400)</u>
Saldo final	<u>(485)</u>	<u>(477)</u>

- (i) Variação refere-se substancialmente no AVC complementar das empresas do grupo Quinturará em 2022 ainda não recebido.

10 Adiantamentos a fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Gastos ambientais e fundiários	81	81
Prestadores de serviços	13	12
Outros	<u>68</u>	<u>52</u>
	<u>162</u>	<u>145</u>

11 Almoxarifado

	31/12/2023	31/12/2022
Almoxarifado de manutenção e operação	<u>4.242</u>	<u>4.716</u>
	<u>4.242</u>	<u>4.716</u>

Nesse grupo são classificadas as peças de almoxarifado consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício.

12 Outros ativos não circulantes

	31/12/2023	31/12/2022
Reembolsos (i)	5.407	4.895
	<u>5.407</u>	<u>4.895</u>

- (i) Valor refere-se principalmente ao processo ambiental 02013.000937/2012-11 – IBAMA, pagos pela Companhia de responsabilidade da Cymi, que se discute multa por descumprimento de condicionantes ambientais. Atualmente a Companhia aguarda notificação do Grupo Nacional de Preparação para apresentar alegações finais e se manifestar sobre o Relatório de Análise Instrutória Complementar.

13 Imobilizado

a. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	558.024	-	-	1.116	559.140	1.116	(182.210)	376.930	392.668
Edificações, obras civis e benfeitorias	8.939	-	-	-	8.939	-	(3.343)	5.596	5.893
Máquinas e equipamentos	548.547	-	-	905	549.452	905	(178.517)	370.935	386.521
Veículos	336	-	-	211	547	211	(202)	345	187
Móveis e utensílios	202	-	-	-	202	-	(148)	54	67
Administração	130	-	-	28	158	28	(102)	56	50
Máquinas e equipamentos	23	-	-	28	51	28	(20)	31	9
Veículos	107	-	-	-	107	-	(82)	25	41
	558.154	-	-	1.144	559.298	1.144	(182.312)	376.986	392.718
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	3.106	276	(24)	(1.116)	2.242	(864)	-	2.242	3.106
Máquinas e equipamentos	577	3	(24)	(406)	150	(427)	-	150	577
Outros	2.529	273	-	(710)	2.092	(437)	-	2.092	2.529
Administração	128	-	-	(28)	100	(28)	-	100	128
Máquinas e equipamentos	128	-	-	(28)	100	(28)	-	100	128
	3.234	276	(24)	(1.144)	2.342	(892)	-	2.342	3.234
Ativo imobilizado	561.388	276	(24)	-	561.640	252	(183.312)	379.328	395.952
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica									
	602	-	-	-	602	-	(421)	181	242
Ativo não vinculado	602	-	-	-	602	-	(421)	181	242

b. Taxas de depreciação

	31/12/2023			31/12/2022	
	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão (i)	7,81%	559.140	(182.210)	376.930	392.668
Administração (i)	7,51%	158	(102)	56	50
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	602	(421)	181	242
		<u>559.900</u>	<u>(182.733)</u>	<u>377.167</u>	<u>392.960</u>

- (i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaletas	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%
Máquinas e equipamentos	10,00%
Imobilizado não vinculado à concessão (i)	
Máquinas e equipamentos	10,00%

- (i) O ativo imobilizado apresentado no Grupo de Atividades não vinculadas a concessão de serviço público de energia elétrica tem depreciação alinhada com a legislação fiscal. Assim, aplicamos a taxa de 10% ao ano visto que consideramos a vida útil econômica dos itens alinhados com a norma fiscal.

13.1 A composição das adições do ativo imobilizado por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso	Material/ Equipamentos
Transmissão	
Máquinas e Equipamentos	211
Projetos - diversos	20
Outros	45
Total das adições	276

13.2 As principais adições / transferências (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2023

Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. PICK UP 4X4 TURBO DIESEL - CHASSI: 8AJDA3CD8R1833145	VEICULOS	211
2. RA333 - MODULO DE AQUISICAO REMOTA	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	132
3. BANCO DE BATERIA 48VCC (BATERIA DE LITIO) PRINCIPAL	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	97
4. BANCO DE BATERIA 48VCC (BATERIA DE LITIO) REDUNDANTE	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	97
5. BANCO DE BATERIA 48VCC (BATERIA DE LITIO) PRINCIPAL	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	81
6. BANCO DE BATERIA 48VCC (BATERIA DE LITIO) REDUNDANTE	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	81
7. RPV311 - MOD PROC REG DIG PERT DISTRIB	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	75
8. RA332 - MODULO DE AQUISICAO REMOTA	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	74
10. BANCO DE BATERIA 48VCC (BATERIA DE LITIO) PRINCIPAL	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	72
11. BANCO DE BATERIA 48VCC (BATERIA DE LITIO) REDUNDANTE	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	72
Total das adições		992
<hr/>		
Administração - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL PRECISION 15 7530	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	28
Total das adições		28

13.3 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2023

Não houve baixa de ativo imobilizado em serviço no exercício de 2023.

14 Intangível

a. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	132	-	-	2	134	2	(127)	7	15
Softwares	132	-	-	2	134	2	(127)	7	15
Administração	116	-	-	2	118	2	(116)	2	1
Licença de software	1	-	-	2	3	2	(1)	2	1
Softwares	115	-	-	-	115	-	(115)	-	-
	248	-	-	4	252	4	(243)	9	16
Ativo intangível em curso									
Transmissão	37	13	-	(2)	48	11	-	48	37
Softwares	37	13	-	(2)	48	11	-	48	37
Administração	115	2	-	(2)	115	-	-	115	115
Softwares	115	2	-	(2)	115	-	-	115	115
	152	15	-	(4)	163	11	-	163	152
Ativo Intangível	400	15	-	-	415	15	(243)	172	168

b. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%) (i)	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão	20,00%	134	(127)	7	15
Administração	20,00%	118	(118)	2	1
		252	(243)	9	16

- (i) Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

14.1 A composição das adições do ativo intangível por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do Intangível em curso	Total
Transmissão	
Software	13
Total das adições	13
Administração	
Software	2
Total das adições	2

14.2 As principais adições/transferências (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2023

Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. SERVICOS DE CONSULTORIA E IMPLAMENTACAO	SOFTWARE	2
Total das adições		2
Administração - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
2. LICENCA DE USO CESSAO E BASE DE DADOS	SOFTWARE	2
Total das adições		2

14.3 As dez principais baixas (por critério de valor) do ativo intangível em serviço 2023

Não houve baixa de ativo intangível em serviço no exercício de 2023.

15 Taxas regulamentares

	31/12/2023	31/12/2022
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	283	(250)
CDE a pagar (ii)	16	-
Taxa de fiscalização (TFSEE) (iii)	24	162
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iv)	547	3.154
	870	3.066

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto n.º 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 04 de agosto de 2023, através do Despacho nº 2.737 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2023 a junho de 2024 de R\$ 182 (cento e oitenta e dois mil reais).

(ii) CDE

Conforme disposto na Resolução ANEEL 929/2021, as transmissoras de energia elétrica devem destinar 0,12% da ROL à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE até 31/12/2025. A CDE é um fundo do setor elétrico que tem como objetivo o desenvolvimento energético do país. A partir de 01/01/2026 este percentual será revertido para a execução de projetos de P&DI.

(iii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei nº 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 20 de julho de 2023, através do Despacho nº 2.469 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas às competências de julho de 2023 a junho de 2024 de R\$ 293 (duzentos e noventa e três mil reais).

(iv) P&D

Conforme a Resolução Aneel 929 de 2021, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento da ANEEL, sendo 0,28% para projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. A variação é referente ao encerramento do projeto de gestão em 2023.

16 Provisão de Compensação Ambiental

A provisão de compensação ambiental da companhia está dividida entre as seguintes unidades de conservação:

	31/12/2023	31/12/2022
Parque Nacional Chapada dos Guimarães (i)	-	2.455
Parque Nacional das Emas (i)	282	1.178
Parque Estadual Paraúna	248	237
Parque Estadual das Águas Quentes	493	471
	1.023	4.341

- (i) Tivemos redução em 2023 para o PN Chapada dos Guimarães decorrente de pagamento de R\$ 2.830 (dois milhões, oitocentos e trinta mil), e PN das Emas com o pagamento de R\$ 937 (novecentos e trinta e sete mil reais), que ocorreram durante o ano, conforme previsto no Anexo II do TCCA 62/2022, objetivando por parte da Catxere, o cumprimento da compensação ambiental, decorrente do licenciamento ambiental do empreendimento LT 500 KV Cuiabá – Ribeirãozinho C2 – Rio Verde.

17 Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos envolvendo questões trabalhistas, ambientais e servidões, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	-	8
Ambientais (i)	158	84
Servidões (ii)	5.250	4.803
	5.408	4.895

- (i) Processo nº 0011731-06.2013.5.01.0221 referente a multa por descumprimento de questões ambientais no valor de R\$ 5.250 (cinco milhões, duzentos e cinquenta mil reais). Atualmente, aguarda-se a emissão da Notificação pelo Grupo Nacional de Preparação.
- (ii) O saldo é composto por três processos de requisição de servidão que totalizam R\$ 158 (cento e cinquenta e oito mil reais) de responsabilidade da CYMI, que estamos agindo como parte e seremos reembolsados pela CYMI caso o resultado seja desfavorável.

Nesse sentido, a movimentação do Saldo de Provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Trabalhistas (iii)	Ambiental (iv)	Servidões (v)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7	4.803	85	4.895
Adições e reversões, líquidas	(7)	(2.803)	3	(2.807)
Atualizações monetárias (i)	-	3.250	70	3.320
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	5.250	158	5.408

	Trabalhistas	Ambiental	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7	2.000	85	2.092
Atualizações monetárias (i)	-	2.803	-	2.803
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7	4.803	85	4.895

- (iii) Trabalhista: A variação ocorrida pelo pagamento do valor de R\$ 7 (sete mil reais), pela CTE ao autor da ação judicial, processo nº 0011731-06.2013.5.01.0221, e depois de realizado o pagamento a ação judicial foi encerrada.
- (iv) Ambiental: A variação registrada decorreu de atualização monetária no Processo Administrativo nº 02013.000937/2012-11, no importe de R\$ 3.250 (três milhões, duzentos e cinquenta mil reais). Já a variação de R\$ 2.803 (dois milhões, oitocentos e três mil reais), reflete reanálise do processo, feita pela companhia, por meio da qual

chegou-se ao valor do risco efetivo e atual, que é de R\$ 5.250 (cinco milhões, duzentos e cinquenta mil reais), classificado como provável e para o qual foi alocada a necessária provisão.

- (v) Servidões: A variação registrada decorreu de atualização monetária nos Processos Judiciais 0000296-12.2011.8.11.0048, 0001368-85.2010.8.11.0010 e 0001369-70.2010.8.11.0010.

Contingências possíveis (não provisionadas)

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos cíveis, servidões, trabalhistas e fiscais, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis (i)	3.543	3.055
Ambientais (ii)	131	4.339
Servidões (iii)	239	17
Fiscais (iv)	38.236	34.434
	42.149	41.845

- (i) Cíveis: A variação refere-se à atualização monetária na ação judicial objeto do Processo nº 0421708-19.2012.8.19.0001, com valor envolvido de R\$ 3.543 (três milhões, quinhentos e quarenta e três mil reais) do Estado do Rio de Janeiro, na qual se discute danos materiais e lucros cessantes, apesar da sentença parcialmente desfavorável à Companhia, o escritório acredita que exista boa possibilidade de reversão em segunda instância. Atualmente a Companhia aguarda o julgamento do recurso apresentado.
- (ii) Ambientais: A variação refere-se à ação anulatória nº 5030503-75.2022.4.02.5101, que tramita na primeira instância do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no Estado do Rio de Janeiro, e foi ajuizada contra o IBAMA, contendo pedido de reconhecimento da prescrição intercorrente no Processo Administrativo nº 02013.000937/2012-11. Em 2023 foi proferida sentença que julgou parcialmente procedente, para reduzir o valor da multa, o que provocou a diminuição do valor do risco, que atualmente é de R\$ 131 (centro e trinta e um mil reais).
- (iii) Fiscais: A variação decorre de atualização monetária em seis casos fiscais objetos dos Processos Administrativos 11080.740908/2019-41, 11080.740907/2019-05, 1108.0739081/2018-42, 15586.720046/2020-34, 15586.720.047/2020-89 e 11080.740906/2019-52, com valores envolvidos de R\$ 51 (cinquenta e um mil reais), R\$ 23 (vinte e três mil reais), R\$ 70 (setenta mil reais), R\$ 13.780 (treze milhões, setecentos e oitenta mil reais), R\$ 24.284 (vinte quatro milhões, duzentos e oitenta e quatro mil reais) e R\$ 27 (vinte e sete mil reais), respectivamente nos quais se discute aplicação de multa isolada decorrente de não homologação de pedido de compensação e autos de infração destinados para prevenir decadência de supostos débitos de IRPJ e CSLL. Os feitos encontram-se na fase administrativa e aguardam decisão de mérito.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 409.948 (quatrocentos e nove milhões, novecentos e quarenta e oito mil) dividido em 409.948.233 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2023 e 2022
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	100%

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício societário, antes de qualquer outra destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Reserva de retenção de lucros

Conforme demonstração financeira societária, em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível o montante de R\$ 142.971 (cento e quarenta e dois milhões, novecentos e setenta e um mil reais) e R\$ 152.950 (cento e cinquenta e dois milhões, novecentos e cinquenta mil reais) respectivamente, na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada.

d. Prejuízos acumulados

Conforme demonstrado na nota explicativa 7, as diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias impactam diretamente na apuração do resultado da Companhia resultando num prejuízo acumulado de R\$ 177.823 (cento e setenta e sete milhões, oitocentos e vinte e três mil reais) em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 159.304 (cento e cinquenta e nove milhões, trezentos e quatro mil reais) em 31 de dezembro de 2022 nas demonstrações financeiras regulatórias absorvidos pela retenção de lucros.

e. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício - Societário	62.054	51.137
Reserva legal (5%)	(3.102)	(2.557)
Base de cálculo para os dividendos	58.952	48.580
Dividendo mínimo obrigatório	590	487

Foram efetuadas as aprovações de pagamento de dividendos que foram pagos ao longo de 2022 e 2023 conforme demonstrado abaixo:

<u>Órgão aprovador</u>	<u>Data aprovação</u>	<u>Pagamento em 2023</u>	<u>Pagamento em 2022</u>
AGO	26/04/2022	-	428
RCA	24/05/2022	-	42.746
AGO	26/04/2023	486	-
RCA	12/06/2023	68.342	-
	Total	68.828	43.174

19 Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta	<u>81.999</u>	<u>73.683</u>
Receita rateio de antecipação	(1.445)	(1.809)
Receita de encargos de transmissão (i)	74.514	68.648
Receita de novas obras RBNI	5.233	4.863
Recuperação de PIS e COFINS	2.907	2.639
Parcela ajuste do ciclo anterior	(3.896)	(3.862)
Descontos incidentes na TUST	4.761	3.589
Indisponibilidade de equipamento	(75)	(392)
Outras receitas	-	7
Deduções da receita operacional	<u>(6.023)</u>	<u>(5.405)</u>
PIS	(533)	(480)
COFINS	(2.460)	(2.211)
RGR	(1.981)	(1.762)
P&D	(759)	(683)
TFSEE	(290)	(269)
	<u><u>75.976</u></u>	<u><u>68.278</u></u>

(i) Variação referente ao reajuste do ciclo realizado em julho/2023.

20 Custo da operação

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(6.361)	(7.146)
Material	(1.238)	(1.179)
Serviços de terceiros	(1.248)	(1.160)
Depreciação e amortização	(16.863)	(16.664)
Gastos diversos	(919)	(824)
Tributos (i)	(3)	(1.176)
Outros	(240)	(200)
	<u><u>(26.872)</u></u>	<u><u>(28.349)</u></u>

(i) Variação refere-se substancialmente aos impostos de importação das notas fiscais do projeto Rio Verde Norte. Projeto foi baixado no exercício de 2022.

21 Despesas gerais e administrativa

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal (i)	(3.070)	(4.656)
Serviços de terceiros	(490)	(755)
Arrendamentos e aluguéis	(184)	(175)
Provisão/reversão (ii)	(9)	(360)
Tributos	(30)	(7)
Depreciação e amortização	(23)	(19)
Outras	(382)	(444)
	<u><u>(4.188)</u></u>	<u><u>(6.416)</u></u>

(i) As variações na linha de pessoal e serviços de terceiros referem-se substancialmente ao rateio conf. Res. 699/16 devido a inclusão das empresas XRTE e STE em 2022 conforme detalhado na nota explicativa 25.

(ii) Variação refere-se a provisão perda de crédito esperada devido ao não recebimento das empresas do grupo Quinturará em 2022.

22 Despesas com pessoal

Pessoal - operação	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Remuneração	(4.006)	(4.678)
Encargos	(1.411)	(1.642)
Previdência Privada	(69)	(49)
Outros Benefícios - Corrente	(848)	(768)
Outros	(27)	(9)
	<u>(6.361)</u>	<u>(7.146)</u>
Pessoal - administração	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Remuneração	(1.325)	(1.854)
Encargos	(445)	(721)
Previdência privada	(31)	(12)
Benefícios	(247)	(338)
Outros	(94)	(420)
Administradores	(928)	(1.301)
	<u>(3.070)</u>	<u>(4.646)</u>
	<u>(9.431)</u>	<u>(11.792)</u>

23 Resultado financeiro

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita financeira	3.730	2.294
Receitas de aplicações financeiras (i)	3.706	2.252
Outras receitas financeiras	24	42
Despesa financeira	(503)	(1.003)
Atualização monetária Compensação ambiental	-	(49)
Multas e acréscimos moratórios (ii)	(13)	(474)
Variações monetárias (ii)	-	(103)
Ajuste Selic projeto P&D (iii)	(16)	(356)
Outras despesas financeiras	(474)	(21)
	<u>3.227</u>	<u>1.291</u>

- (i) Variação refere-se a rendimentos sobre aplicação financeira em função do aumento da remuneração média de 102,82% do CDI em 2022 para 103,22% do CDI em 2023, conforme mencionado na nota explicativa 8.
- (ii) Variação refere-se a multas, juros e atualização monetária de impostos s/ importação das NF's do projeto Rio Verde.
- (iii) A variação se refere ao encerramento o projeto de gestão em 2023 refletindo a atualizações de Selic do ano.

24 Conciliação do imposto de renda e contribuição social (Lucro Presumido)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas brutas (i)	82.006	73.703
Base de cálculo (8%)	6.560	5.896
Outras receitas	4.502	2.023
Base de cálculo	11.062	7.919
IR devido	(2.742)	(1.956)
Ajuste de provisão IR referente a anos anteriores-	-	-
Total de IRPJ	(2.742)	(1.956)
	31/12/2023	31/12/2022
Receitas brutas (i)	82.006	73.703
Base de cálculo (12%)	9.841	8.844
Outras receitas	4.501	2.023
Base de cálculo	14.342	10.867
CSLL devida	(1.291)	(978)
Ajuste de provisão CSLL referente a anos anteriores	-	-
Total de CSLL	(1.291)	(978)
Total de IRPJ/CSLL	(4.033)	(2.934)

- (i) A Companhia tributa as receitas efetivamente auferidas (Aviso de Crédito - AVC) e a natureza das receitas auferidas pelas Transmissoras decorre exclusivamente da prestação dos serviços de transmissão de energia, sendo este serviço remunerado por meio da RAP.

25 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 25.1, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

25.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	8	9.740	22.975
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	26	601	380
Concessionárias e permissionárias	9	8.870	7.262
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - terceiros		254	440
Fornecedores - partes relacionadas	26	2.170	2.137

25.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. *Riscos de mercado*

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. *Riscos de taxa de juros*

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração, está apresentado abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	9.740	22.975
Contas a receber – partes relacionadas	601	380
Concessionária e Permissionárias	8.870	7.262

c. *Riscos cambiais*

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre

sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

26 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Compamhias do Grupo, os quais:

26.1 Ativo

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	<u>601</u>	<u>380</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	601	380

26.2 Passivo

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - partes relacionadas	<u>2.170</u>	<u>2.137</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	2.170	2.137

26.3 Resultado

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado - partes relacionadas	<u>(6.301)</u>	<u>(9.084)</u>
Despesa aluguel (ii)	(156)	(155)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	(6.145)	(8.897)
Serviço de engenharia SGSE (iii)	-	(32)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em

contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em Abril de 2022, através do despacho N° 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2022.

- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.
- (iii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para o período de 2022 a 2023.

26.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	405	504
Benefícios diretos e indiretos	68	89
Encargos	199	300
Provisões (13 salário, férias e bônus)	256	408
Valor total da remuneração	<u>928</u>	<u>1.301</u>

- (*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/ alimentação) e Bônus.

27 Gestão de capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

28 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração contábil regulatória, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2023	31/12/2022
Responsabilidade civil	Risco Civil	20.000	20.000
Seguro patrimonial	Risco Operacional	167.362	167.362
Veículos	Carros	489	479
		<u>187.851</u>	<u>187.841</u>

29 Eventos subsequentes

29.1 Colisão torre LT 500 kV Ribeirãozinho

Em 06 de janeiro de 2024, a LT 500 kV Ribeirãozinho/ Rio Verde Norte C2, sob concessão da Catxerê Transmissora de Energia S.A., foi desligada automaticamente devido à colisão de uma máquina agrícola com uma torre de transmissão. Submetemos um relatório técnico a ONS com o objetivo de impedir a cobrança de cerca de R\$ 3.500 (três milhões e quinhentos mil) por meio da aplicação de desconto da Parcela Variável por Indisponibilidade – PVI sobre a receita da Companhia, sob o argumento de ocorrência de caso fortuito ou força maior.

Ramon Sade Haddad

Jorge Bauer

Mariana de Oliveira Barbosa

Diretor Presidente

Diretor

Contadora - CRC RJ -

103573/O-2